

D. Leonor, “rainha das misericórdias”, na historiografia portuguesa: Patrocínio e espiritualidade

Maria de Fátima Reis

O epíteto que atribuo a D. Leonor, «rainha das Misericórdias», é bem expressivo da forma como a historiografia consagrou a acção desta rainha no plano social e religioso, entenda-se de patrocínio da assistência e de expressão espiritual do bem-fazer. Talvez seja, das rainhas portuguesas, a mais invocada quando se fala em matéria de “correntes espirituais e patrocínios religiosos”. Conta esta rainha com alguns biógrafos: uns laudatórios, como o Conde de Sabugosa ¹, Ricardo Jorge ² e João Ameal ³, outros menos indulgentes, como Anselmo Braamcamp Freire ⁴; isto para não falar do cronista Rui de Pina ⁵, de Jorge de S. Paulo ⁶, de D. António Caetano de Sousa ⁷ ou de Francisco da Fonseca Benevides ⁸.

¹ Conde de Sabugosa, *A Rainha D. Leonor (1458-1525)*, 2ª ed., Lisboa 1974.

² R. Jorge, *O Óbito de D. João II*, Lisboa 1922.

³ J. Ameal, *Dona Leonor, “Princesa perfeitíssima”*, Porto 1968 (1ª ed., 1943).

⁴ A. Braamcamp Freire, “A Rainha D. Leonor”, *Crítica e História. Estudos*, reed. facsimilada do I volume e primeira edição do II, com “Estudo Introdutório” de J.V. de P. Martins, Lisboa 1996, pp. 97-138.

⁵ R. de Pina, *Crónicas*, introd. e rev. de M. L. de Almeida, Porto 1977.

⁶ J. de S. Paulo, *História da Rainha D. Leonor e da Fundação do Hospital das Caldas*, Lisboa 1928.

⁷ A.C. de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa 2007, III.

⁸ F. da Fonseca Benavides, *Rainhas de Portugal. Estudo Histórico*, Lisboa 1878, I, pp. 297-321.

A verdade é que a historiografia portuguesa, a partir de meados do século XX, sobretudo a mais recente, recuperou esta rainha, situando-a num plano cimeiro na história da assistência nacional. Nesta linha situo Ivo Carneiro de Sousa⁹ e Ferreira da Silva¹⁰; ambos com obras publicadas aquando das Comemorações do V Centenário da instituição das Misericórdias e aquando da publicação de uma História da *Misericórdia de Lisboa*, da autoria de Joaquim Veríssimo Serrão¹¹. De permeio e para além, têm-se tantos autores quanto os enfoques que se querem destacar desta figura que, como princesa, rainha e viúva, acompanhou quatro reinados da história portuguesa –de D. Afonso V a D. João III–. Rainha de Portugal pelo seu casamento com D. João II, senhora de várias vilas –Lagos, Torres Novas, Alvaiázere, Torres Vedras, Óbidos, Alenquer, Sintra, Aldeia Galega e Aldeia Gavinha– e de avultada fortuna, destroçada com a morte do príncipe D. Afonso em Santarém, que abre um período de desavenças matrimoniais por querer o rei nomear herdeiro do trono o bastardo D. Jorge, tida por falta de caridade por não assistir à agonia do marido em Alvor, em fins de Setembro de 1495¹², são vários os títulos que têm imposto D. Leonor nos anais da História: fundadora e protectora das Misericórdias Portuguesas, em primeiro lugar, mas também a valorização das Caldas da Rainha e a protecção dada a letrados e artistas da corte de D. Manuel ilustram a sua acção.

Nasceu em Beja, a 2 de Maio de 1458, do casamento dos infantes D. Fernando, filho de D. Duarte e D. Beatriz, e da infanta D. Isabel, filha do 1º duque de Bragança. Em 1473 casou com seu primo, D. João, herdeiro da coroa. E se se aceita que um rol de amarguras houvesse pesado na frieza de comportamento de D. Leonor para com o marido, na parte final da vida deste, certo é que a figura da soberana se impõe na História, pela nobreza da sua conduta, pelo seu espírito de caridade e pelo mecenato que dispensou às letras e às artes.

⁹ I. Carneiro de Sousa, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa 1998, e *A Rainha D. Leonor (1458-1525). Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa 2002.

¹⁰ F. da Silva, *A Rainha D. Leonor e as Misericórdias Portuguesas*, Lisboa 1998.

¹¹ J.V. Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa 1998.

¹² Vide, a este propósito, Mª de F. Reis, “A Cidade e o Rei: das entradas triunfais de D. João II ao Drama da Agonia em Alvor”, *O Tempo Histórico de D. João II nos 550 Anos do seu Nascimento. Actas do Colóquio. 2, 3 e 4 de Maio de 2005*, Lisboa 2005, pp. 181-199.

Viveu no tempo dos Descobrimentos e da Expansão, mas não é nesse território historiográfico que se tem situado a monarca; antes na descoberta de devoções modernas, que obviamente marcaram a experiência ultramarina. A sua vida é tida como exemplar no campo da oração e da espiritualidade modernas, pelo apoio continuado às actividades culturais e piedosas, renovando o universo das confrarias e da assistência, protegendo santuários e praticando um importante mecenato cultural, religioso e litúrgico. A sua opção quase monástica é testemunho de uma vida laica edificada em torno da exarcebação da espiritualidade, numa vivência quotidiana de potenciação da oração individual. Leitora de *Breviários* e *Livros de Horas*, consumidora de círios, colecionadora de medalhas religiosas, investia D. Leonor na arte sacra do tempo.

Foi em 15 de Agosto de 1498, quando detinha a regência, que a rainha ordenou a criação da Misericórdia. E como *Rainha das Misericórdias* ficou na memória histórica. Conhecido o espírito caritativo da rainha e a constante preocupação da coroa com o apoio aos enfermos e pobres nos fins do século XV, diga-se que a mais recente crítica histórica dirimiu já a questão do suposto envolvimento do monge Trinitário, Fr. Miguel Contreiras, nesta iniciativa. Posição para a qual se tinham inclinado Costa Goodolphim e Victor Ribeiro, aquando do 4º centenário da fundação da Misericórdia da capital.

A fundação desta obra de assistência veio a dilatar-se em numerosas irmandades ou confrarias que se espalharam pelo reino; o seu cômputo pode ser avaliado na mais recente publicação que procura apresentar o respectivo recenseamento documental. Refiro-me à *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*¹³. Estão a difusão e alcance das Misericórdias a ser estudados há já uns anos, designadamente no âmbito de trabalhos académicos; sendo de todo desnecessário estar aqui a fazer a citação circunstanciada do muito que se tem feito neste domínio nos últimos vinte anos. Digo apenas que aqui situo o trabalho de Laurinda Abreu¹⁴ e o meu próprio¹⁵, e não resisto a citar a mais recente tese que

¹³ Vide *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, coord. científica de J.P. Paiva, Lisboa 2002, 6 vols.

¹⁴ L. Abreu, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V”, em *Ibidem*, pp. 47-77, que remete para os principais trabalhos de sua autoria.

¹⁵ Vide, pois, Mª de F. Reis, *Os Expostos em Santarém. A Acção Social da Misericórdia (1691-1710)*, prefácio de J.V. Serrão, Lisboa 2001; “Irmandade da Santa Casa da Misericórdia”, *Santarém no Tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, prefácio de J.V. Serrão, Lisboa 2005, pp. 418-503, “A Ermida do Espírito Santo da Ericeira e a criação

envolve esta temática, da autoria de Maria do Rosário Salema sobre as obras de misericórdia representadas nos Painéis de Azulejo das Misericórdias ¹⁶.

Importa, neste local, dizer que, fundadas a partir de 1498, as Misericórdias foram, entre o século XVI e o século XVIII, as confrarias mais importantes em Portugal. A sua primazia derivava, antes de mais, do seu estatuto jurídico particular, ligado à protecção dos monarcas portugueses. Ao rei competia aprovar os seus estatutos, conferir privilégios e arbitrar conflitos. Prevalência que era notória na prestação dos cuidados assistenciais. Relevo que derivava também da sua composição social correspondente às elites do poder local e do património acumulado ¹⁷.

Eram as Misericórdias associações de leigos que exercitavam as catorze obras de misericórdia, cujo modelo constituiu a forma preferencial de organização da assistência a nível local, ao longo da época moderna, como bem testemunha a sua difusão não só no território continental, mas também no ultramarino ¹⁸. Esta excelente cobertura, operada em número significativo até 1525, ano de falecimento de D. Leonor, prova que se cumpriu a intenção de alargar a iniciativa, manifesta por D. Manuel, em 1499, em carta dirigida ao município do Porto. Para essa preferência e prevalência, muito contribuiu a sucessiva protecção régia. Sejam as regalias concedidas aos irmãos da mesa, isto é, aos que exerciam cargos de chefia, que passava pela isenção dos encargos concelhios; sejam as condições propiciadoras do exercício da caridade. Está

da Misericórdia: identidade e autoridade num conflito de espaços”, *Revista Portuguesa de História* XXXVI: *Homenagem aos Professores Luís Manuel Ferrand de Almeida e António de Oliveira* (Coimbra 2002/2003), I, pp. 541-554, e “Expressões da Cultura Cristã Ocidental na construção do Império Português: Misericórdias e Confrarias (sécs. XVI-XVIII)”, *O Elogio da Cultura. Actas do VI Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira 2005, pp. 39-46.

¹⁶ Vide M^a do R.S.C.C. de Carvalho, “Por amor de Deus. Representação das ‘Obras de Misericórdia’, em painéis de azulejo, nos espaços das confrarias da Misericórdia, no Portugal setecentista”, dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 2007. Exemplar policopiado, onde se pode localizar a bibliografia mais recente sobre a matéria.

¹⁷ Para a plena expressão desta realidade, vide M^a de F^a Reis, *Santarém no Tempo de D. João V...*, em especial, pp. 45-56 e 418-503.

¹⁸ Vide, por todos, I. dos G. Sá, *Quando o Rico se faz Pobre: Misericórdias, Caridade e Poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa 1997.

neste caso a competência exclusiva na assistência dos presos e condenados da justiça e o monopólio da posse de tumbas e de peditórios.

A criação da primeira Misericórdia em Lisboa, sob o patrocínio directo da viúva de D. João II e de seu irmão, o rei D. Manuel, surge como o corolário de diversas remodelações levadas a cabo na assistência portuguesa desde finais do século XV. Das quais importa aqui referir a fusão hospitalar que deu origem ao Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa e a fiscalização da gestão dos estabelecimentos assistenciais e tombamento dos respectivos bens. Nesta matéria o culminar normativo será em 1514, com o Regimento das Capelas e Hospitais ¹⁹.

Sabe-se bem que a Misericórdia de Lisboa forneceu os modelos a adoptar pelas suas congéneres, embora tenha sido frequente a elaboração de compromissos próprios por parte de diversas Misericórdias, constituindo estes geralmente adaptações do lisboeta. Não cumpre aqui analisar a orgânica das Misericórdias, mas antes destacar a sua actuação que, insista-se, incluía toda a espécie de serviços de caridade existente no período moderno, assim como assinalar que os privilégios que lhes foram concedidos muito contribuíram para a sua visibilidade assistencial e também historiográfica.

Com efeito, se a provada prevalência assistencial das Misericórdias, afastando a concorrência de outras irmandades, tem sido reavaliada no sentido de ponderar o impacto desses outros mecanismos assistenciais ²⁰, sem esquecer mesmo os informais, a verdade é que, pelo menos até ao século XVIII, o seu estatuto preferencial é indesmentível. Sob administração das Misericórdias estiveram grande parte dos hospitais locais, as rodas dos expostos das principais cidades e vilas do reino, alguns recolhimentos femininos e até colégios para órfãos.

Isto para dizer que Misericórdias e D. Leonor são, de facto, nomes indissociáveis, tal como toda a escrita da história que se faça a esse propósito. Assim se percebe que uma das mais recentes publicações de índole biográfica se debruce sobre D. Leonor na óptica da *Pessoa*, da *Mensagem* e da *Obra*, porque, como diz

¹⁹ Vide *Regimento de como os contadores das comarcas hã de prover sobre as capellas: ospitaes: albergarias: côfrarias: gafarias: obras: terças: e residós: novamente ordenado: e copillado pello muyto alto e muyto poderoso Rey dom Manuel nosso senhor*. E per especial mandado de sua Alteza Johã Pedro de bonhomini de Cremona ho mandou empremir. Com privilegio, 1514.

²⁰ Vide os estudos publicados em *Igreja, Caridade e Assistência na Península Ibérica (sécs. XVI-XVIII)*, ed. de L. Abreu, [s.l.] 2004.

o seu autor, Ferreira da Silva, numa *Pessoa* só convergiu tudo numa só *Mensagem* e numa só *Obra*, designada por “Santas Casas da Misericórdia”²¹.

Com efeito, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, fundada por D. Leonor, inaugurou um movimento confraternal verdadeiramente moderno, quiçá fruto dos contactos espirituais da rainha com círculos religiosos florentinos, combinando uma dimensão penitencial fraternal com uma ampla diversidade de tarefas assistenciais, respondendo aos problemas específicos de pobreza da sociedade renascentista portuguesa. O que não quer dizer que não se inscreva esta experiência na continuidade do movimento confraternal português.

No cerne da sua actividade foi já identificada uma importante adesão à espiritualidade da Paixão e à meditação sobre a dimensão protectora e intercessora da Virgem Maria, a Virgem do Manto, expressando-se numa continuada prática penitencial²². Visível nas manifestações processionais, abertas a uma espiritualidade que incluía a flagelação, e também na intensa actividade de assistência aos carenciados que, sob o impulso da doutrina das obras de misericórdia, edificava um programa de exemplaridade ético-religiosa, atraente no próprio quadro das representações urbanas. A prática de caridade, elemento imprescindível à salvação, explica a actuação das Misericórdias²³. A partir de então, cumprir o conjunto das obras de misericórdia era não apenas uma obrigação religiosa e moral individual, mas implicava igualmente uma verdadeira mobilização confraternal capaz de garantir de forma continuada a concretização social da doutrina em matéria de assistência e caridade.

Reconhece-se que esta foi das maiores obras de benemerência criadas em Portugal, à qual está ligada a propagação iconográfica e culto de Nossa Senhora da Misericórdia, Mãe dos Homens, construído sob o signo da Imaculada Conceição, que, sob o seu Manto azul, abrigava todos os grupos sociais.

Os rumos de espiritualidade de D. Leonor não se esgotam na descoberta da misericórdia e na fundação das confrarias de Misericórdia, se bem que seja essa a óptica que aqui pretendo destacar. Deve-se também à viúva de D. João II a

²¹ Vide F. da Silva, *A Rainha D. Leonor...*, p. 12.

²² Vide para esta dimensão, V. Serrão, “Sobre a iconografia da *Mater Omnium*: a pintura de intuitos assistenciais nas Misericórdias durante o século XVI”, *Oceanos* 35: *Misericórdias. Cinco Séculos* (Lisboa, julho/setembro 1998), pp. 134-144.

²³ Vide agora, por todos, M. Lobo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, [s.l.] 2000.

edificação do lugar dos “banhos das Caldas” que, sob a protecção do rei D. Manuel, veio a receber o título de vila, por carta de 21 de Março de 1511. Data de então o progresso desta vila estremenha, cujo complexo termal se mantém nos dias de hoje, a cujo hospital dedicou Isabel Maria Rodrigues a sua tese de mestrado²⁴. À rainha se deve também a introdução e desenvolvimento da reforma da Ordem de Santa Clara.

Mas outra dimensão da actividade da soberana merece ser aqui apontada: a do patrocínio à edição de algumas obras famosas da tipografia portuguesa, durante o primeiro quartel de Quinhentos²⁵. Tal foi a protecção dispensada a Gil Vicente, que em várias peças a trata por “rainha velha”, e ao impressor Valentim Fernandes, que, a expensas de D. Leonor, traduziu e compôs obras de fundo clássico e religioso, como a célebre *Vita Christi*, de Ludolfo da Saxónia, em quatro volumes, impressos em 1495, já perto da fundação da Misericórdia de Lisboa. Esta obra é, ao que se sabe, a primeira impressa por Valentim Fernandes em Portugal, obtendo, desde logo, o patrocínio régio, com meios só repetidos aquando da impressão das *Ordenações Manuelinas*, em 1512-1513. Em 1505 imprimiu Valentim Fernandes nova obra sob o patrocínio da rainha: *Os Actos e Epístolas dos Apóstolos*. E mais tarde, em 1516, de parceria com o impressor Herman de Campos, imprimiu o *Compromisso da confraria da Misericórdia*. Impressor este que editara já em 1515 *O Boosco Deleitoso* e o *Espelho de Cristina*. Em 1523 patrocinou também a rainha, a edição da obra *Contra os Juízos dos Astrólogos*, de Fr. António de Beja. Claro fica que o patrocínio leonorino interveio, pois, também na feitura de livros, quer de índole religiosa, quer legislativa ou mesmo pedagógica. A extensão da biblioteca de D. Leonor foi já estimada como sendo, para o tempo, das mais extensas reunidas por uma personagem feminina.

Da grandeza do seu mecenato são testemunho as encomendas de retábulos²⁶ e um vasto legado patrimonial –a fundação dos Conventos da Madre de Deus e

²⁴ Vide I. M^a P. Rodrigues, *Doença e Cura: “Virtude” do Hospital das Caldas no século XVIII (1706-1777). Elementos sociais e económicos*, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 2007. Exemplar policopiado.

²⁵ Vide sobre o assunto, M. das Neves, “A Rainha D. Leonor e a protecção às Letras”, *A Ordem*, ano 74, n^o 8 (Porto, 19 de Junho de 1986), pp. 1 e 3.

²⁶ Vide Ídem, “A Rainha D. Leonor, Mecenaz de Artistas”, *A Ordem*, ano 74, n^o 9 (Porto, 26 de junho de 1986), pp. 1-2.

da Anunciada, a Igreja de Nossa Senhora da Merceana e o Hospital das Caldas—. No convento da Madre de Deus ficou sepultada ²⁷.

O retrato histórico de D. Leonor não é de fácil traçado ²⁸, e muito há ainda a compreender. Promovendo uma longa actividade religiosa e espiritual que se apresenta como um dos principais capítulos da História da religiosidade e da espiritualidade no começo da Época Moderna, D. Leonor situa-se, historiograficamente, entre o que se convencionou designar de crise da Igreja dos finais da Idade Média e o tempo das reformas do século XVI. Vivendo para a contemplação das imagens, para a devoção de relicários, para a meditação das Horas, redescobrimdo o evangelismo mendicante franciscano, profundamente devota das peregrinações, D. Leonor associa tradição e inovação, antes mesmo das grandes reformas tridentinas. Aqui situo o que me parece ser o caminho a percorrer, pelo menos por agora, o meu. Das esmolas aos investimentos monumentais e culturais, o seu mecenato nitidamente renascentista, bem se pode comparar aos grandes mecenatos femininos da Europa do Renascimento. Figura apreciada pelas suas virtudes humanas e cristãs, rainha devota e piedosa, com um itinerário pessoal de marcada elevação penitencial, contemplativa e espiritual, merecendo do biógrafo Fr. Jorge de S. Paulo a designação de “a mais Perfeita Rainha que nasceu no reino de Portugal”, se a sua actuação teve críticas na fase derradeira da vida de seu marido, tendo historiadores referido a hostilidade e frieza com que o tratou, foi como “Princesa Perfeitíssima” que, D. Leonor, a esposa do “Príncipe Perfeito”, ficou na História.

²⁷ Tenha-se presente o estudo de L. Telles, *Mosteiro e Igreja da Madre de Deus*, Lisboa 1899.

²⁸ Útil se torna recuperar o estudo de D.M. Ribeiro, *Acção da Rainha D. Leonor na Vida Portuguesa. 1458-1525*, Lisboa 1947.